



FACULDADE CALAFIORI

**MARIA JÚLIA BAQUIÃO ROCHA
SELMA BUENO ALMEIDA
VILMA BARBOSA FIGUEIREDO**

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOB A
PERSPECTIVA DE ASCENSÃO SOCIAL**

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG
2015**

**MARIA JÚLIA BAQUIÃO ROCHA
SELMA BUENO ALMEIDA
VILMA BARBOSA FIGUEIREDO**

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOB A PERSPECTIVA DE ASCENSÃO SOCIAL

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciatura plena em Pedagogia.

Orientador: Professor Gustavo Henrique Gonçalves.

Linha de pesquisa: Situações e Práticas Pedagógicas.

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG
2015**

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOB A PERSPECTIVA DE ASCENSÃO SOCIAL

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Professor Orientador: Gustavo Henrique Gonçalves

Professor(a) Avaliador(a) da Banca

Professor(a) Avaliador(a) da Banca

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG
2015**

Aos nossos familiares, pelo incentivo, pelo apoio humano e emocional que nos deram na elaboração deste trabalho e durante a realização deste curso.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, pelo amparo e proteção direcionada a nós, do início ao término deste curso.

Ao apoio e à dedicação do nosso orientador, Professor Gustavo Henrique Gonçalves, que muito nos auxiliou por meio de seus conhecimentos e suas informações.

Aos nossos familiares, pelo incentivo e apoio ao longo desta trajetória percorrida.

Enfim, a todos os que estiveram conosco e contribuíram, de alguma forma, para nossa formação profissional e a realização desta monografia.

“Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, o homem educa-se em comunhão”.

(FREIRE, 2009, p. 22)

RESUMO

O atual educando da Educação de Jovens e Adultos (EJA) espera aprender mais do que assinar seu nome. Os tradicionais e simples exercícios de memorização dão lugar a atividades interdisciplinares, que discutem a ética, os valores humanos e a cidadania. O objetivo do trabalho foi avaliar a EJA sob a perspectiva de ascensão social de uma Escola Municipal do interior do Sul de Minas. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, a qual é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Ademais, também foi aplicado o método quantitativo, composto de um questionário de questões objetivas numa turma da EJA, com trinta educandos do 9º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre letivo do ano de 2015, durante o mês de setembro. Segundo os dados desta pesquisa, foi preciso rever algumas questões educacionais destinadas aos educandos. Na verdade, os dados apontam sérios obstáculos na composição escola – trabalho e revelam que ainda é preciso discutir bastante sobre a qualidade e adequação das ofertas destinadas ao público da EJA. Por sua vez, na EJA, é necessário que o processo de ensino-aprendizagem seja adequado aos que ingressam na escola ou retornam a ela fora do tempo regular. Tal processo deve destacar-se pela qualidade, valorizando e respeitando as experiências e os conhecimentos prévios dos educandos. A partir do perfil desse educando, tivemos acesso a vastos estudos de pesquisadores que versam sobre essa temática e pudemos notar que são muitas as inquietações relativas ao perfil do educando no seu contexto histórico. Mediante a pesquisa, foi possível perceber que os valores atribuídos pelos educandos à educação e sua relação com o mundo do trabalho dependem da oportunidade que aquela pode fornecer para os que realmente prosseguem nos estudos, mesmo que as expectativas se diferenciem proporcionalmente à idade de cada educando. Dessa forma, o presente estudo serviu para mostrar os problemas da EJA e as dificuldades educacionais pelas quais passam esses educandos, além da necessidade de incentivo (normalmente por parte de familiares, por meio de suas escolarizações) para sua permanência na escola, consideradas também as suas metas educacionais e sua ascensão social.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Ascensão social. Educação. Modalidade da Educação Básica. Processo de ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

Nowadays, Education of Youths and Adults (EYA) involves students who expect much more than learning to sign their names or to perform simple memorization exercises; EYA activities today must be interdisciplinary and involve discussions about ethics, human values and citizenship. The aim of this work has been to evaluate EYA at Municipal School – Brazil from a social ascension perspective. The methodology used has been a bibliographic research through the raising of theoretical reference already analyzed and published in printed and electronic means, such as books, academic articles and websites. A quantitative method, made up of a questionnaire with objective questions applied in an EYA class with thirty students from the ninth grade of the Brazilian “Ensino Fundamental”, has also been used. The field survey has been conducted during the second school semester of 2015, from May through September. According to the data from this survey, it is necessary to reconsider some educational issues concerning the students. Actually, these data reveal serious obstacles to the compound school-work and show that it is still vital to discuss a lot about the quality and adequateness of the education offer to the EYA students. On its turn, inside the EYA it is urgent that the process of teaching-learning be adequate both to the students who are only then starting school and to the ones who are returning to school outside the regular age, and that it be a reference for its quality, taking advantage of the students’ previous knowledge. From this profile of student, we have had access to the vast academic studies about our research theme and have noticed that there is much academic concern about students’ profiles in their historic contexts. From this perspective, it was possible, with our research, to become aware that the values attributed by the students to education depends heavily on the opportunities that the labor market offers to workers who move on with their education, even though this relation differs according to the students’ ages. Therefore, this study served as a means for externalizing the EYA’s problems and the educational difficulties through which students pass, in addition to the need for incentive (primarily from their families) the students have in order to continue studying, considered as well their education and social ascension goals.

Keywords: Education of Youth and Adults; Social Ascension; Education; Modality of Basic Education; Process of teaching-learning.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- Apud* - (do latim junto a; em) citado por, conforme. Para referenciar um autor (a cuja obra o pesquisador não teve acesso).
- Art./art. - Artigo/artigo.
- arts. - Artigos.
- Caput* - No meio jurídico, o termo designa a parte inicial, o título ou cabeçalho do artigo de Lei ou Regulamento. Quando o artigo inclui parágrafos (§), itens ou alíneas, é uma forma de referir somente à ideia principal do artigo, isolando os outros elementos que o constituem.
- Ed./ed. - Edição/ editora.
- EJA - Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- In. - Em bibliografia, precede título de obra referida como fonte de citação: em, em seu, em sua.
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases.
- LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- MEB - Movimento de Educação de Base.
- MEC - Ministério da Educação e Cultura/Ministério da Educação.
- MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.
- MOVA - Movimento de Alfabetização para Jovens e Adultos.
- n. - Número.
- Org. - Organização/Organizado.
- p. - Página.
- PNE. - Plano Nacional de Educação.
- rev. - Revisada.
- TCC - Trabalho de Conclusão de Curso.
- TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	-	Questão 1	41
GRÁFICO 2	-	Questão 2	42
GRÁFICO 3	-	Questão 3	43
GRÁFICO 4	-	Questão 4	44
GRÁFICO 5	-	Questão 5	45
GRÁFICO 6	-	Questão 6	46
GRÁFICO 7	-	Questão 7	47
GRÁFICO 8	-	Questão 8	48
GRÁFICO 9	-	Questão 9	50
GRÁFICO 10	-	Questão 10	52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 JUSTIFICATIVA	14
1.2 OBJETIVO	15
2. METODOLOGIA	15
3. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	19
3.1 A História da Educação de Jovens e Adultos.....	20
3.2 Educação básica de Jovens e Adultos mediante os autores Gadotti e Romão.....	22
3.3 A evolução do conceito e da Educação de Jovens e Adultos.....	24
4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: um olhar para a ascensão social	28
4.1 Os métodos e práticas de Paulo Freire.....	30
4.2 Condição social do educando da EJA.....	32
4.3 A integração da Educação com o Processo de Mudança Social.....	33
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	40
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	55
ANEXO I	58
APÊNDICE I	60

1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho monográfico surgiu com a identificação pessoal de cada uma de nós, com a disciplina de Prática IV (2014), quando tivemos contato com os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma Escola Municipal do interior do Sul de Minas, despertando, assim, o interesse pela história de vida dos alunos ali presentes e a preocupação em conhecer quais foram os motivos que os levaram a se afastar da escola e, até mesmo, o motivo de retorno, uma vez que os educandos da EJA possuem a necessidade de serem incluídos na sociedade e buscam novas perspectivas de vida, retornando à escola.

Apesar de que essa história de tensões e incertezas da EJA, até hoje, ainda destaca sua “função supletiva compensatória” (ou seja, a educação para pessoas que não tiveram o direito à escola antes da vida adulta e que são realizadas por parte de várias instituições).

Porém, no que se refere à EJA como direito à educação permanente para todos, é relevante ressaltar que esta se deu a partir da década de 90, com a realização de Conferências Internacionais em Jomtien; além da V Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Hamburgo, em 1997, que reiterou a importância da EJA para todos os povos do mundo e da educação em geral, visando à participação dos cidadãos na sociedade do conhecimento e da informação (BRASIL, 2007).

E por referenciar sobre as Conferências Internacionais, a Declaração de Jomtien é considerada como um dos principais documentos mundiais sobre educação, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração de Salamanca de 1994. O Documento foi elaborado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizado na cidade de Jomtien, na Tailândia, em 1990, também, conhecida como Conferência de Jomtien. Essa Declaração fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de ensino-aprendizagem, tendo em vista estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, visando a uma sociedade mais humana e mais justa (MENEZES; SANTOS, 2002).

Ainda, de acordo com a Declaração de Jomtien:

Cada pessoa, seja ela criança, jovem ou adulto, deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem, como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas, quanto os conteúdos básicos da aprendizagem, como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo (MENEZES; SANTOS, 2002, p. 12).

O trabalho traz como objeto de estudo a Educação de Jovens e Adultos. O educando da EJA, nos dias de hoje, espera muito mais que aprender a assinar o nome; simples exercícios de memorização devem dar lugar a atividades interdisciplinares, que discutam a ética, os valores e a cidadania, e deixam de lado as atividades mecânicas.

Assim sendo, enfatiza-se que a Educação de Jovens e Adultos é considerada como um quadro que é agravado na medida em que o sistema regular de ensino continua afastando seus educandos, impossibilitando aos mesmos de completarem as séries iniciais do Ensino Fundamental, aumentando, pois, o número de analfabetos funcionais, ou seja, aqueles que passaram pela escola, mas não foram alfabetizados.

1.1 JUSTIFICATIVA

O tema proposto apresenta importância, pois relata a abordagem contemporânea conferida à educação na sociedade brasileira, sobretudo às ideias de Educação de Jovens e Adultos, como forma de ascensão social e inserção no mercado de trabalho.

Assim sendo, o educador possui um papel fundamental no ensino dos educandos. Segundo Paulo Freire (2000), um educador dedicado para a educação popular tem que acreditar em mudanças e não pode ensinar apenas a ler e escrever. É preciso haver uma mudança de paradigma e transmitir esperanças, de modo que o educando se transforme em sujeito pensante, crítico e consciente do que lhe envolve no dia a dia. O educador deve transmitir prazer e alegria de aprender aos educandos.

Nesse sentido, o educador passa, então, a ser um ponto de referência para os educandos da EJA, posto que:

O papel do educador é pensar formas de intervir e transformar a realidade, problematizando-a, dialogando com o educando. Em sala de aula o importante não é depositar conteúdos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno: conhecê-lo como indivíduo num contexto social, com seus problemas, seus medos, suas necessidades, valorizando seu saber, sua cultura, sua oralidade, seus desejos, seus sonhos, isto possibilita uma aprendizagem integradora, abrangente, não compartimentalizada, não fragmentada (MOLL, 2004, p. 140).

A partir desse enfoque, pode-se afirmar que a educação de jovens e adultos constitui avanços significativos pelo fato de que o tema aparece integrado à legislação educacional, com a possibilidade de acesso de educandos matriculados ou egressos de vários níveis de ensino, e também os trabalhadores em geral, em uma sala de aula, pois o importante não é depositar conteúdos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida.

Nesse sentido, este trabalho discorre sobre a Educação de Jovens e Adultos, por meio de algumas considerações teóricas, método de Educação de Jovens e Adultos de Paulo Freire e experiências vivenciadas na EJA de uma Escola Municipal do interior do Sul de Minas.

1. 2 OBJETIVO

Avaliar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) sob a perspectiva de ascensão social numa Escola Municipal no interior do Sul de Minas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Pontuar as considerações teóricas sobre Educação de Jovens e Adultos;
- analisar a história da Educação de Jovens e Adultos;
- refletir sobre a educação básica de Jovens e Adultos de acordo com os autores Gadotti e Romão;
- valer-se dos métodos e práticas de Paulo Freire;
- revelar a integração da educação com o processo de mudança social;
- questionar trinta educandos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) matriculados numa Escola Municipal no interior do Sul de Minas, mediante a perspectiva de ascensão social.

2. METODOLOGIA

Nesta parte são apresentadas as principais metodologias que foram utilizadas na realização da pesquisa.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador

conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema (FONSECA, 2002).

A pesquisa bibliográfica se constituiu de estudos das teorias de Paulo Freire em Valdo Barcelos “Avaliação na Educação de Jovens e Adultos” (2014); Lourival José Martins Filho “Alfabetização de Jovens e Adultos: trajetórias de esperança” (2011); Moacir Gadotti e José Eustáquio Romão “Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta” (2011), entre outros. Fomos capazes de construir conhecimento teórico que servirá como alicerce para fundamentação de conceitos que envolvam as práticas educativas de jovens e adultos.

Ademais, também foi aplicado o método quantitativo, conforme Gil (2010), composto pelos educandos numa turma da EJA de uma Escola Municipal no interior do Sul de Minas. A pesquisa utilizada foi a de campo, caracterizada pelas investigações — além da pesquisa bibliográfica e/ou documental —, por meio da qual se realiza a coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002), pois foram aplicados questionários estruturados, resultando numa pesquisa participante.

Na pesquisa empírica, foi realizada uma aplicação de um questionário composto de questões objetivas, individualmente, feito em sala de aula, durante o processo ensino-aprendizagem.

De fato, a avaliação quantitativa ocorreu por meio do apêndice 1, conforme as características do questionário sobre a Educação de Jovens e Adultos, caracterizando a ascensão social.

A pesquisa foi realizada numa Escola Municipal no interior do Sul de Minas Gerais. Esta funciona nos períodos matutino, vespertino e noturno, oferece Educação Infantil (Pré-Escola), Ensino Fundamental (Fase Introdutória a 9º ano) e a Educação de Jovens e Adultos, que atende 157 educandos. O foco do estudo de pesquisa foi a EJA sob a perspectiva de ascensão social.

De acordo com a coordenadora (diretora) da escola pesquisada, os educandos da EJA, matriculados em 2015, são, no total: 157 educandos, tendo como categoria do 1º segmento 66 e do 2º segmento 97 educandos. Esses educandos são, na maioria, trabalhadores.

No entanto, a pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre letivo do ano de 2015, durante o mês de setembro.

Participaram 30 educandos; 12 educandos do sexo masculino e 18 educandos do sexo feminino, sendo que a turma era atendida com quatro aulas por dia e vinte aulas semanais de cinquenta minutos cada, visando refletir a ascensão social dos educandos da EJA, matriculados no 9º ano da EJA do Ensino Fundamental, no período noturno da referida escola.

De acordo com Marconi e Lakatos (2009), as pesquisas podem ser classificadas quanto aos fins (exploratória, descritiva, explicativas, metodológicas, aplicadas e intervencionistas). Esta pesquisa, por sua vez, tem fins descritivos, na medida em que retrata os estudantes da escola supracitada.

Quanto aos meios, Marconi Lakatos (2011) descreve que se deve conhecer, pelo menos, quatro gêneros de pesquisa, intercomunicados:

- a. Pesquisa teórica**, quando se procura formular quadros de referência, estudar teorias, burilar conceitos.
- b. Pesquisa metodológica**: dedicada a indagar por instrumentos, por caminhos, por modos de se fazer ciência, ou produzir técnicas de tratamento da realidade, ou discutir abordagens teórico-práticas.
- c. Pesquisa empírica**, na medida em que se codifica a face mensurável da realidade social.
- d. Pesquisas práticas**, que entreveem na realidade social, denominadas pesquisa participante, avaliação quantitativa, pesquisa ação.

Neste trabalho, optamos pelo enfoque da pesquisa prática, por meio de um questionário estruturado e aplicado individualmente, o que nos possibilitou uma maior complementação das informações, na medida em que retratam o educando da EJA sob a perspectiva de ascensão social.

O presente estudo apresentou caráter transversal, pois a coleta dos dados foi feita em um momento preciso de tempo, junto à amostra selecionada (HOPPEN; LAPOINTE; MOREAU, 1996).

Primeiramente, mantivemos contato com a administração da escola para expor os objetivos, dos quais ela já estava ciente a partir da autorização da pesquisa de campo que seria realizada na escola.

Em sequência, foi realizada uma reunião com os educadores, para discutir a pesquisa, com o intuito de conseguir seu apoio com os educandos no

sentido de liberação no tempo das aulas, a fim de que pudéssemos realizar a aplicação do questionário e da pesquisa como um todo.

Participaram da pesquisa todos os educandos — da EJA — da Escola Municipal do interior do Sul de Minas que assinaram a autorização dos dados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), portanto, depois da realização desse documento foi que os membros selecionados integraram o estudo.

Foi iniciado o trabalho com os educandos, apresentando-lhes os objetivos da pesquisa, como forma de motivá-los a participar, e, logo marcamos a aplicação do questionário, realizadas por escrito e sem dificuldades.

Foram excluídos do estudo os educandos que não atenderam aos critérios de inclusão ou que não concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

De acordo com a proposta, os educandos foram avaliados por três educadoras e pesquisadoras do curso de graduação de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Calafiori e, assim, a intervenção ocorreu com uma aplicação de um questionário sobre o tema em questão.

O instrumento de investigação utilizado na coleta de dados foi um questionário estruturado, que se justifica pela possibilidade de trabalhar com o propósito de retratar os educandos pesquisados da EJA.

Questionário “é um instrumento de coleta de dados, onde o pesquisador entrega as perguntas ao grupo pesquisado e recolhe-o depois de preenchido”. Além disso, “o questionário possibilita medir com melhor precisão o que se deseja, além de ter como vantagem coletar informações mais reais” (MARCONI; LAKATOS, 2011).

Foi utilizado um questionário, seguindo um roteiro contendo questões objetivas com uma linguagem simples e de forma que pudéssemos alcançar o propósito do estudo, garantindo a liberdade e a espontaneidade dos informantes.

O participante pôde rever seu consentimento a qualquer momento para deixar de participar deste trabalho, sem que isso oportunizasse prejuízo ou penalização ao indivíduo pesquisado.

Concernente às informações coletadas no formulário, estas foram registradas em gráficos do *software* Microsoft Excel (2010), que também foi a ferramenta computacional de análise de dados.

3. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O trabalho se constitui numa análise sobre Educação de Jovens e Adultos como tema fundamental, reconhecendo e destacando o ponto de vista de alguns autores e educadores, como Paulo Freire e outros que, ao longo da vida profissional, dedicaram-se a alfabetizar e que contribuem para a formação docente continuada. Portanto, este capítulo aborda tais considerações e as particularidades do tema, visando refletir sobre sua relevância para o desenvolvimento e transformação da sociedade, ou seja, enfocando a Educação de Jovens e Adultos sob a perspectiva de ascensão social.

No Brasil, a educação de adultos se constitui como tema de política educacional, sobretudo a partir dos anos 40. A menção à necessidade de oferecer educação aos adultos já aparecia em textos normativos anteriores, como na pouco duradoura Constituição de 1934, mas é na década seguinte que começaria a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola. Essa tendência se expressou em várias ações e programas governamentais, nos anos 40 e 50. Além de iniciativas nos níveis, estadual e local, merecem ser citadas, em razão de sua amplitude nacional: a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947, da Campanha de Educação Rural iniciada em 1942 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958 (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 59).

Ainda, os mesmos autores, afirmam que a Campanha de 1947 também deu lugar à instauração no Brasil de um campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo e suas consequências psicossociais; entretanto, ela não chegou a produzir nenhuma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos, e nem um modelo pedagógico próprio para essa modalidade de ensino.

Assim, isso só viria a ocorrer no início dos anos 60, quando o trabalho de Paulo Freire passou a direcionar diversas experiências de educação de adultos organizadas por distintos atores, com graus variados de ligação com o aparato governamental. Foi o caso dos programas do Movimento de Educação de Base (MEB), do Movimento de Cultura Popular do Recife, ambos iniciados em 1961, dos Centros Populares de Cultura da União Nacional dos

Estudantes, entre outras iniciativas de caráter regional ou local (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 60).

Somente em 1964, o Ministério da Educação dispôs o último dos programas de corte nacional – o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos – cujo planejamento agregou minuciosamente as orientações de Paulo Freire (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

A partir de 1969, o Governo Federal organizou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), um programa de ordem nacional, voltado a oferecer alfabetização a amplas parcelas dos adultos analfabetos nas mais variadas localidades do país.

3.1 A História da Educação de Jovens e Adultos

O compromisso de garantir o acesso e permanência na escola a todos, em qualquer faixa etária, tem por decorrência necessária a implantação de serviços educativos, de natureza pública, destinados à população jovem e adulta.

Nesse sentido, é necessária a criação de serviços de Educação de Jovens e Adultos, tendo como princípio fundamental a defesa de um ensino de qualidade, ou seja, aquele que “assegure aos cidadãos elementos para a realização da plena cidadania, portanto, de seus direitos políticos, econômicos e sociais”, de acordo com o art. 6º da Constituição Federal (1988).

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Emenda Constitucional nº 64 - Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.

Diante dessa citação, Gadotti e Romão (2011) questionam-se a respeito dos seguintes termos:

Os termos "educação de adultos", "educação popular", "educação não-formal"¹ e "educação comunitária" são usados muitas vezes como sinônimos, mas não o são. Os termos "educação de adultos" e "educação não-formal" referem-se à mesma área disciplinar, teórica e prática da educação. No entanto, o termo educação de adultos tem sido popularizado especialmente por Organizações Internacionais como a UNESCO, para referir-se a uma área especializada da educação. A educação não-formal tem sido utilizada, especialmente nos Estados Unidos, para referir-se à educação de adultos que se desenvolve nos países do Terceiro Mundo, geralmente vinculada a projetos de educação comunitária. Nos Estados Unidos, no entanto, internamente, reserva-se o termo "educação de adultos" para a educação não-formal aplicada ou administrada ao nível local no seu país (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p. 36).

Pode-se perceber que existem vários "termos" — isto é, uma combinação de teorias, lógicas de investigação e metodologias de ação — dentro da educação de adultos ou da educação não formal. Na América Latina, a educação de adultos tem sido, particularmente a partir da Segunda Guerra Mundial, de âmbito do Estado. Já a educação não formal esteve principalmente vinculada a organizações não governamentais, partidos políticos, igrejas etc., geralmente organizadas onde o Estado se omitiu e, muitas vezes, organizada em oposição à educação de adultos oficial (GADOTTI; ROMÃO, 2011).

Gadotti e Romão (2011) asseveram que seria necessário distinguir, sem separar mecanicamente, a educação de classe da educação popular e, por conseguinte, da educação do sistema:

1. A educação de classe, entendida como os processos não-formais de reprodução dos diferentes modos de saber das classes populares;
2. A educação popular como processo sistemático de participação na formação, fortalecimento e instrumentalização das práticas e dos movimentos populares com o objetivo de apoiar a passagem do saber popular ao saber orgânico, ou seja, do saber da comunidade ao saber de classe na comunidade; e
3. A educação do sistema (oficial), isto é, os programas de capacitação de pessoas e grupos populares, sob o controle externo, visando a produzir a passagem dos modos populares de saber tradicional para modelos de saber modernizado, segundo os valores dos pólos dominantes da sociedade (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p. 37).

No entanto, os movimentos sociais, bem como os partidos progressistas, têm identificado a educação pública como uma função fundamental

¹ Deixamos a expressão conforme a grafia encontrada nas obras pesquisadas, mesmo sabendo que, conforme o Novo Acordo Ortográfico, ela não deve conter hífen.

do Estado capitalista democrático. E como este financia e administra essa educação, ela está marcada pelas mesmas contradições sociais anteriormente citadas.

Lamentavelmente, a função educativa do Estado tem sido entendida, quase exclusivamente, como escolarização, deixando de lado as possibilidades da educação não-formal, especialmente na educação básica, que inclui a alfabetização de jovens e adultos (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p. 38).

3. 2 Educação básica de Jovens e Adultos mediante os autores Gadotti e Romão

Do ponto de vista de Gadotti e Romão (2011), os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições de vida, como moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, entre outras, que estão na base do problema do analfabetismo. Embora o desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida também comprometam o seu processo de alfabetização.

Discorrendo sobre "jovens e adultos", remetemo-nos à "Educação de Jovens e Adultos", porque aqueles que frequentam os programas de Educação de Adultos são, principalmente, os jovens trabalhadores.

Por outro lado, define-se o analfabetismo como sendo:

A expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. Seria ingênuo combatê-lo sem combater suas causas: é preciso partir do conhecimento das condições de vida do analfabeto, sejam elas as condições objetivas, como o salário, o emprego, a moradia, sejam as condições subjetivas, como a história de cada grupo, suas lutas, organização, conhecimento, habilidades, enfim, sua cultura. Mas, conhecendo-as na convivência com ele e não apenas "teoricamente". Não pode ser um conhecimento apenas intelectual, formal. O sucesso de um programa de educação de jovens e adultos é facilitado quando o educador é do próprio meio (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p. 38).

Apoiando na citação acima, pode-se notar que um programa de educação de adultos não deve ser avaliado apenas pelo seu rigor metodológico, mas pelo impacto gerado na qualidade de vida da população atingida, posto que a educação de adultos está condicionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do educando-trabalhador.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) estará a meio caminho do fracasso se não forem levados em conta os seus objetivos, sobretudo na formação do educador. “O analfabetismo não é doença ou “erva daninha”, como se costumava dizer entre nós. É a negação de um direito ao lado da negação de outros direitos. O analfabetismo não é uma questão pedagógica, mas uma questão essencialmente política”, nas palavras de Gadotti e Romão (2011, p. 39).

Entretanto, quem é o educador de jovens e adultos? Questiona-se:

E ele mesmo nos diz que, sendo o educador do próprio meio, facilita muito a educação de jovens e adultos. Contudo, nem sempre isso é possível. É preciso formar educadores provenientes de outros meios não apenas geográficos, mas também sociais. Todavia, no mínimo, esses educadores precisam respeitar as condições culturais do jovem e do adulto analfabeto. Eles precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o saber popular. Ler sobre a educação de adultos não é suficiente. É preciso entender, conhecer profundamente, pelo contato direto, a lógica do conhecimento popular, sua estrutura de pensamento em função da qual a alfabetização ou a aquisição de novos conhecimentos tem sentido (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p. 39).

No entanto, conforme os autores supracitados, “não se pode medir a qualidade da educação de adultos pelos palmos de saber sistematizado que foram assimilados pelos educandos”. Ela deve ser medida pela possibilidade que os dominados tiveram de manifestar seu ponto de vista e pela solidariedade que tiver criado entre eles. Daí a importância da organização coletiva. É preciso criar o interesse e o entusiasmo pela participação: o educador popular é um animador cultural, um articulador, um organizador, um intelectual (no sentido gramsciano). O educador popular não pode ser nem ingênuo e nem espontaneísta. O espontaneísmo — princípio que consiste em ficar esperando que a mudança venha de cima, sem esforço, sem disciplina, sem trabalho — é sempre conservador. O educador popular, no contato direto com a cultura popular, descobrirá rapidamente a diferença entre espontaneísmo e a espontaneidade, que é uma característica positiva da mentalidade popular (GADOTTI; ROMÃO, 2011).

No entanto, não se trata de negar o acesso à cultura geral elaborada, que se constitui num importante instrumento de luta para as minorias. Trata-se de não desprezar e, sobretudo, a cultura primeira do educando. Ou seja, deve-se incorporar uma abordagem do ensino-aprendizagem que se baseia em valores e

crenças populares, além da procura em fortalecer o pluralismo cultural num mundo cada vez mais interdependente. Por isso, a Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre:

[...] uma educação multicultural, uma educação que desenvolve o conhecimento e a integração na diversidade cultural. É uma educação para a compreensão mútua, contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura ou outras formas de discriminação. A filosofia primeira na qual o educador de jovens e adultos precisa ser formado é a filosofia do diálogo. E, o pluralismo é também uma filosofia do diálogo (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p. 40-41).

Por conseguinte, é possível concluir que o educador de jovens e adultos é aquele que visa educar o trabalhador de forma a torná-lo mais consciente, produtivo e competente, pois educação e trabalho podem e devem caminhar juntos.

3.3 A evolução do conceito e da Educação de Jovens e Adultos

O conceito de Educação de Adultos vai ao encontro do conceito de Educação Popular à medida que

[...] a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e a competência científica dos educadores e educadoras. Uma destas exigências tem a ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular. Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. A Educação de Adultos, virando Educação Popular, se tornou mais abrangente (FREIRE, 2000, p. 15-16).

O mesmo autor descreve que educadores e grupos populares descobriram que Educação Popular é, sobretudo, o processo permanente de refletir a “oposição”; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, “se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em

possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização” (FREIRE, 2000, p. 16).

Os autores Gadotti e Romão, em seu livro “Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta” (2011), asseveram que Freire (2011) considera que “os termos Educação de Adultos e Educação não-formal referem-se à mesma área disciplinar, teórica e prática da educação, porém com finalidades distintas”.

No entanto, com a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizado em Jomtien, na Tailândia (1990), reconheceu-se que a Alfabetização de Jovens e Adultos seria a 1ª (primeira) etapa da Educação Básica, consagrando a ideia de que a alfabetização não pode ser separada da pós-alfabetização, ou seja, separada das necessidades básicas da aprendizagem.

Nos anos 40, a Educação de Adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural, ou seja, compreendida como democratização da escola formal.

No início da década de 50, a Educação de Jovens e Adultos era compreendida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário; e, com isso, surgem, no final dos anos 50, duas tendências significativas na Educação de Adultos: a Educação de Adultos entendida como uma “Educação libertadora”, como “conscientização,” concebida por Paulo Freire; e a Educação de Adultos entendida como educação funcional (profissional).

Duas correntes na década de 70 continuaram a ser entendidas basicamente como “Educação não formal” (alternativa à escola) e como Suplência da educação formal. Por consequência, desenvolve-se, no Brasil, o sistema Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com princípios opostos aos de Paulo Freire.

Cabe salientar que, de acordo com Paiva (1970), no Brasil, até a Segunda Guerra Mundial, a Educação de Adultos foi integrada à educação chamada popular, isto é, uma educação para o povo, que significava difusão do ensino elementar (GADOTTI; ROMÃO, 2011).

Segundo Gadotti e Romão (2011), em comemoração ao Ano Internacional da Alfabetização (1990), foi criada, no Brasil, a Comissão Nacional de Alfabetização, coordenada, inicialmente, por Paulo Freire e, depois, por José Eustáquio Romão. Ela ainda continua, com o objetivo de elaborar diretrizes para a

formulação de políticas de alfabetização em longo prazo, que nem sempre são assumidas pelo Governo Federal.

A Lei de Reforma nº. 5.692/71 atribui um capítulo para o ensino supletivo e recomenda aos Estados atender a jovens e adultos. Essa Lei, pela primeira vez na história da educação, contendo um capítulo ao Ensino Supletivo, foi aprovada em 11 de agosto de 1971 e veio substituir a Lei nº. 4.024/61, reformulando o Ensino de 1º e 2º graus (ANEXO 1).

Contudo, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9.394/96, constam no Título V, Capítulo II, Seção V, dois artigos relacionados, especificamente, à Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37 – A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§3º. A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº. 11.741, de 2008).

Art. 38 – Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I. No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II. No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§2º. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 2006).

De fato, a educação é um direito de todos e um dever do Estado, entretanto a grande maioria da população, principalmente os menos favorecidos, não tem acesso à educação.

Contudo, no Plano Nacional de Educação (PNE), temos como um dos objetivos e prioridades:

- Garantia de ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos, como ponto de partida e intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básico da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial da constituição brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos (Plano Nacional de Educação — introdução: objetivos e prioridades — MEC, 2001. p. 50-51).

Apesar de todas essas propostas, a UNESCO nos mostra, por meio de dados, que o número de analfabetos no mundo tem aumentado, e o Brasil engrossa cada vez mais essas estatísticas. Esse fracasso pode ser explicado por vários problemas, tais como: a concepção pedagógica e os problemas metodológicos, entre outros (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p. 46).

Independentemente da vigência da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, do Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, documentos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, e da nova LDB nº. 9.394/96, o Governo brasileiro não vem honrando seus compromissos em relação a tão importante e delicado problema (GADOTTI; ROMÃO, 2011).

Para o Movimento de Educação de Jovens e Adultos foi importante a contribuição de Paulo Freire por toda a sua trajetória, pois foi herdeiro da tradição da educação popular e, particularmente, do MOVA-SP (1989-1991). Por que Paulo Freire? Porque ele era um dos fundadores do pedagogo mais importante na segunda metade do século XX. Ele retoma o pensamento da Escola Nova e o leva a uma análise muito crítica; que representou esta nova perspectiva pedagógica. Na administração pedagógica de Paulo Freire diminuiu-se a repetência escolar, criou-se o movimento de reorientação curricular e os conselhos de escola (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p.103).

A Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre uma educação multicultural, que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural, como afiançam Gadotti e Romão (2011, p. 41), uma educação para a compreensão mútua, contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura ou outras formas de

discriminação e, para isso, o educador deve conhecer bem o próprio meio do educando, pois, somente conhecendo a realidade desses jovens e adultos, é que haverá uma educação de qualidade.

4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: um olhar para a ascensão social

A EJA caracteriza-se em um âmbito incerto e, muitas vezes, contraditório, demonstrando a necessidade de uma organização, para que a população beneficiada com esse segmento educacional realmente atinja seus objetivos em relação à cidadania e amplie as oportunidades por meio da Educação. Assim, tratar de metodologia de alfabetização de jovens e adultos, no Brasil, implica necessariamente apresentar o pensamento de Paulo Freire, dada a importância de sua contribuição no trato da questão “ascensão social”.

O seu pensamento encontra-se registrado em suas próprias obras e em outras, de diferentes autores. Tendo em vista a importância da produção, optou-se, neste capítulo, por utilizar tal postulado como referência.

Fica evidente que os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida, como a moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc., que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização dos jovens e dos adultos (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p. 38).

Não se pode atribuir à escola a garantia de melhores condições gerais de qualidade de vida ou ascensão social, porque a escola não distribui poder, mas constrói saber, que é poder.

Não se muda a história sem conhecimentos, mas se tem que educar por meio do conhecimento, para que se possa interferir no mercado como sujeitos, não como objeto. O papel da escola consiste em colocar o conhecimento nas mãos dos excluídos de forma crítica, porque a pobreza política produz pobreza econômica (GADOTTI; ROMÃO, 2011).

A Educação desponta como um instrumento indispensável para a formação desse novo homem e novo profissional, através do processo de socialização e integração, desmistificando, em parte, os choques culturais e sociais presentes em nossa sociedade. Assim, a população passa a exigir mais condições de acesso à escola e permanência nela, com uma educação de qualidade, proporcionando uma formação que contemple as necessidades e as aspirações.

A EJA, no Brasil, caracteriza-se como necessidade para a população não escolarizada, que busca, por meio da educação, superar seus problemas sociais, sendo capaz de surgir no processo de qualificação profissional e pessoal. Dessa maneira, a implementação de políticas públicas voltadas para essa população torna-se indispensável, assegurando condições mínimas de sobrevivência, trabalho, além de estruturar uma educação de qualidade, que venha ao encontro dos objetivos desse segmento.

O pensamento de Paulo Freire ² baseia-se na contradição oprimidos e opressores, havendo de sua parte um compromisso explícito com os oprimidos, compromisso esse que se traduz na construção da “Pedagogia do oprimido”.

Aquela que tem de ser forjada com ele e para ele, e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (FREIRE, 2011, p. 32).

Aprofundando sua reflexão, no caminho da contradição de opressores e oprimidos, Freire trabalha a questão da consciência e, para isso, utiliza as categorias objetividade e subjetividade, alertando que não devem ser pensadas separadamente sob o risco de cair, como ele mesmo diz, num “simplismo ingênuo”.

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. Ao fazer-se opressora, a realidade implica na existência dos que

² Nascido em Recife, na mais pobre área dessa grande nação latino-americana. Embora criado em uma família de classe média, interessou-se pela educação dos oprimidos de sua região. Formou-se em Direito e desenvolveu um “sistema” de ensino para todos os níveis da educação. Foi encarcerado duas vezes em seu país e tornou-se famoso no exterior. Hoje, Paulo Freire é considerado o mais conhecido educador de nosso tempo (LIMA, 2014).

oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis desta busca (FREIRE, 2011, p. 37- 38).

A educação popular construiu, assim, seu espaço, e por outro lado, é fato, no que diz respeito à garantia de direitos legais à escolarização de jovens e adultos, que durante décadas foram marcadas por avanço.

4.1 Os métodos e práticas de Paulo Freire

Para Freire, alfabetizar é um ato político, pois não há educação neutra. A própria decisão de alfabetizar já demonstra em si uma decisão e uma opção política, que se transferem para a relação educador-educando no ato de aprender e ensinar a ler e escrever a palavra e a realidade nela contida. É um ato de conhecimento em que o educador e educando buscam, sempre, conhecer algo, não com o sentido da transferência de conhecimento, mas numa relação na qual ambos ensinam e aprendem juntos, através do diálogo e da “colaboração”. É uma ação organizativa, por meio da qual ambos (educador e educando) criticam e buscam alternativas para a transformação da sociedade (RIBEIRO et. al., 2001).

É de acordo com esses princípios gerais que se deve entender a proposta de Freire para a aprendizagem da língua escrita, que se compõe dos seguintes elementos: palavra geradora, codificação e descodificação, a leitura das palavras — sendo antecedida da leitura do mundo.

Há décadas, buscam-se métodos e práticas adequadas ao processo de ensino-aprendizagem de jovens e adultos, como, por exemplo, com Paulo Freire:

Por isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procuramos um método que fosse capaz de fazer instrumento também do educando e não só do educador e que identificasse, como claramente observou um jovem sociólogo brasileiro (Celso Beisiegel), o conteúdo da aprendizagem com o processo de aprendizagem. Por essa razão, não acreditamos nas cartilhas que pretendem fazer uma montagem de sinalização gráfica como uma doação e que reduzem o analfabeto mais à condição de objeto de alfabetização do que de sujeito da mesma (FREIRE, 2011, p. 72).

Com isso, notamos, desde os anos 70, ou até mesmo antes, o uso da cartilha e metodologias inadequadas na Educação de Jovens e Adultos, fato que preocupava os educadores da época e, infelizmente, essa problemática permeia os tempos atuais:

Que a educação seja o processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos, a fim de mudar o rumo da mesma. Como? Acreditando no educando, na sua capacidade de aprender, descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as consequências de sua escolha.

Mas isso não será possível se continuarmos bitolando os alfabetizando com desenhos pré-formulados para colorir, com textos criados por outros para copiarem, com caminhos pontilhados para seguir, com histórias que alienam, com métodos que não levam em conta a lógica de quem aprende (FUCK, 2007, p. 14-15).

Hoje, como ontem, as posições de Paulo Freire com respeito à busca de novas práticas educativas ganham força e nos possibilita refletir:

Alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global. A aquisição do sistema escrito é um processo histórico, tanto a nível onto-genético, como a nível filogenético. O sistema escrito é produzido historicamente pela humanidade e utilizado de acordo com interesses políticos de classe. O sistema escrito não é um valor neutro (FREIRE, 2000, p. 59).

A alfabetização não pode ser reduzida a um aprendizado técnico-linguístico, como um fato acabado e neutro, ou simplesmente como uma construção pessoal intelectual. A alfabetização passa por questões de ordem lógico-intelectual, afetiva, sócio-cultural, política e técnica (FREIRE, 2000, p. 60).

Essa reflexão leva-nos a buscar novas metodologias, adequadas à realidade do educando, não seguindo a padronização da cartilha, que reduz o aprendizado a símbolos pré-determinados e que não condiz com o contexto: “As cartilhas não consideram a peculiar lógica do desenvolvimento cognitivo do educando, apoiando-se tão-somente na lógica do sistema de escrita de ensinar” (FUCK, 2007).

O papel do educador é mediar a aprendizagem, priorizando, nesse processo, a bagagem de conhecimentos trazida por seus educandos, ajudando-os a

transpor esse conhecimento para o "conhecimento letrado". A escrita não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade (FERREIRO, 2001).

Desse modo, o método Paulo Freire representa tecnicamente uma contribuição para esses jovens e adultos, e isso significa que estamos diante de maiores e diferentes exigências educacionais e que as clássicas funções dos sistemas de educação de adultos estão ainda em questão.

4.2 Condição social do educando da EJA

A modalidade de Educação destinada a jovens e adultos apresenta uma identidade que a diferencia da escolarização regular. Dessa forma, pode-se considerar que essa diferenciação não é apenas quanto à especificidade etária, mas, primordialmente, a uma questão de especificidade sócio histórico-cultural, sendo que homens, mulheres, jovens, adultos ou idosos que buscam a escola pertencem à mesma classe social que inclui "pessoas de baixa renda e que consomem, de modo geral, apenas o básico à sua sobrevivência, como água, luz e alimentação" (BRASIL, 2007).

No entanto, sabemos que a procura de jovens e adultos pela escola não se dá de forma simples. Ao contrário, em muitos casos, trata-se de uma decisão que envolve as famílias, os padrões, as condições de acesso e as distâncias entre casa e escola, as possibilidades de custear os estudos e, muitas vezes, trata-se de um processo contínuo de idas e vindas, de ingressos e desistências. Ir à escola, para um jovem ou adulto, é antes de tudo, um desafio, uma perspectiva de vida (BRASIL, 2007).

A escola que os educandos já conhecem, porque já passaram por ela anos atrás ou porque acompanham o cotidiano de seus filhos, nem sempre é aquela com que se deparam nos primeiros dias de aula. Nesses casos, esperam encontrar o modelo tradicional de escola, ou seja, um lugar onde predominam aulas expositivas, com pontos copiados da lousa, onde o(a) educador(a) é o único detentor do saber e transmite conteúdos que são recebidos passivamente pelo(a) educando(a). Têm uma expectativa majoritariamente quantitativa das atividades,

porque acreditam que a quantidade de treino leva à boa aprendizagem. Especialmente, os educandos mais velhos se mostram resistentes à nova concepção de escola que os coloca como sujeitos do processo educativo, que espera deles práticas ativas de aprendizagem (BRASIL, 2007).

4.3 A integração da Educação com o Processo de Mudança Social

Um saber libertador pressupõe uma busca constante, abertura para o novo e disponibilidade para o diálogo que desponte certos questionamentos, como: a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é, antes de tudo, uma modalidade de ensino que nos possibilita pensar o próprio grupo social com o qual vivemos e perguntar quais são os motivos que levaram as pessoas, seja da nossa comunidade ou de outras localidades, a dar continuidade ou desistir dos estudos? (FREIRE, 2006).

Nessa perspectiva, cabe ao educador a responsabilidade de investigar em relação à sociedade e às pessoas que nela vivem, os saberes de cada educando, procurando valorizar a cultura, o jeito de ser e até mesmo o silêncio de cada um. No entanto, é essencial que os profissionais da educação saibam valorizar, sem preconceitos, os conteúdos do mundo, da vida, trazidos por esses educandos.

Martins Filho (2011) apud Paulo Freire (2000) “em toda a sua obra nos ensina que enquanto seres humanos são finitos, inacabados e históricos, portanto, temos a vocação de “Ser Mais”, de ousar, de sonhar”.

Desse modo, a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante (PARECER CNE/CEB 11/2001, p. 7 apud MARTINS FILHO, 2011, p. 83).

Assim sendo, com base em Martins Filho (2011), pode-se dizer que, na prática docente, o educador não separa a educação da realidade social, não transforma os problemas de educação em problemas autônomos e teorizados.

Nesse caso, ele é o mediador na relação educando-sociedade, abrindo caminhos para a superação das contradições sociopolíticas pelos meios pedagógicos de que dispõe.

Na verdade, para que a afirmação “quem sabe, ensina a quem não sabe” se recupere de seu caráter autoritário, é preciso que quem sabe saiba, sobretudo, que ninguém sabe tudo e que ninguém tudo ignora” (FREIRE, 2009, p. 27).

Pode-se dizer que se deve reconhecer isso enquanto educadores. Não importa se com educandos alfabetizando, ou mesmo alfabetizados, eles têm o direito de falar, e cabe aos educadores o dever de escutá-los, assim como também o direito de falarmos e eles nos escutarem, isso é uma troca, um entendimento entre o educador e o educando, o educador que não enxerga a vez do educando preserva uma estrutura autoritária (MARTINS FILHO, 2011).

Contudo, quando se discorre sobre transformação, admite-se que ser alfabetizado transforma uma pessoa, pois enquanto, por exemplo, um jovem adulto só sabia plantar, e até colher e roçar, hoje ele se encontra com plena capacidade de dominar as páginas de um livro, o que é uma alegria para ele.

A partir daí, começou a transformação na vida social das pessoas, a ascensão social. Elas observaram que a escolaridade, além de ser uma necessidade, passou a ser algo prazeroso e que lhes traria muitos benefícios, como a descoberta de novas amizades, o prazer de saber se expressar em público, a capacidade de administrar seu próprio dinheiro e o aumento de sua autoestima. Por isso, a alfabetização de jovens e adultos é um ato transformador (FREIRE, 2009).

De fato, trabalhadores com uma formação mais ampla, com mais iniciativas e mais capacidades de resolver problemas e aprender continuamente têm mais condições de trabalhar com eficiência e negociar sua participação na distribuição das riquezas produzidas no seu Estado e, até mesmo, no país. Para que uma pessoa possa participar politicamente de uma sociedade complexa, é preciso ter conhecimento a um conjunto de informações e o domínio da cultura letrada “que é o conhecimento das informações adquiridas na escola” (RIBEIRO *et. al.*, 2001, p. 39), exige-se, ainda, que as pessoas assumam valores e atitudes democráticos: a consciência de direitos e deveres, a disposição para a participação de debates e ideias e o reconhecimento que as pessoas têm posições e opiniões diferentes da sua.

Em suma, para ter acesso a muitos benefícios da sociedade moderna, é necessário ter o domínio da “cultura letrada”, saber se locomover de uma cidade para outra usando o transporte coletivo ou particular, tirar os documentos, fazer uso do mercado consumidor, e, também usufruir dos lazeres que a vida nos proporciona, como os clubes, o cinema etc. Tudo isso faz parte da vida e, para viver num mundo que sofre transformações tão rápidas, é preciso se atualizar constantemente (FREIRE, 2009).

Atualmente, as crianças e os pais convivem com meios de comunicação modernos, tanto para apoiar os filhos na escola como para cuidar da saúde deles e de sua própria saúde, para fazer o planejamento familiar e estar informado do mundo globalizado.

Vê, portanto, que pessoas pouco letradas, sem estudo, embora possuam muitos conhecimentos válidos e úteis, são excluídas de muitas outras possibilidades que a nossa cultura oferece, e, a partir daí, muitas vezes, elas próprias interpretam essa desvantagem como incapacidade. Essa falta de conhecimento escolar marca profundamente as pessoas, pela imagem que fazem de si mesmas e pela imagem com que a sociedade as vê, é por isso que muitas delas, mesmo tendo tantas responsabilidades no trabalho e em casa, decidem estudar (MARTINS FILHO, 2011).

De acordo com Gadotti e Romão (2011), existem, hoje em dia, programas organizados pelo Ministério da Educação (MEC), por governos Estaduais e Municipais, empresas privadas e por outras organizações da sociedade civil, que apoiam o combate do analfabetismo, como, por exemplo:

- Programa Brasil Alfabetizado: iniciado pelo MEC em 2003, que destina recursos para as organizações da sociedade, órgãos públicos estaduais e municipais e Instituições de ensino superior, para desenvolverem seus projetos de alfabetização.

- Programa Mova: implementado e financiado por governos municipais e estaduais em parcerias com as organizações das sociedades. As organizações parceiras se responsabilizam pelos desenvolvimentos das ações de alfabetização, enquanto os órgãos públicos prestam auxílio financeiro e promovem a formação dos educadores.

- Programa Alfabetização Solidária: empreendido pelo governo federal, dirigido aos Municípios e regiões com índice elevado de analfabetos, unido em

parcerias com universidades públicas e privadas que atuam na formação e no acompanhamento das ações.

No entanto, sabe-se que, para alcançar o sucesso, esses jovens e adultos precisam garantir a oportunidade de continuidade de estudos em níveis de estudos (até mais elevados), ou mesmo em programas que possibilitem a continuação de conhecimento ao longo da vida. Por sua vez, não se pode esquecer, também, que esses jovens trazem consigo culturas e bagagens que fazem parte de sua vida. Pensando nisso, o educador deve aproveitar tudo o que o educando traz, transformando esse conteúdo em conhecimentos e informações para o próprio educando (FREIRE, 2009).

Muitas vezes, questiona-se acerca de se saber um determinado assunto e não saber, não existe nenhum intervalo, mas as coisas não são bem assim, existem estágios intermediários. Por esse motivo, o fato de uma pessoa não saber ler e escrever não significa que ela seja totalmente destituída de conhecimentos sobre a escrita, pois muito do que se pretende ensinar na escola tem relação direta com o que fazem esses educandos em seu cotidiano escolar. Então, por esse motivo, é importante estabelecer tais relações (MARTINS FILHO, 2011).

Cabe ressaltar que diversos educandos dizem estar de volta à escola para conseguir um trabalho melhor e crescer na profissão. Entretanto, sabe-se que, nos centros urbanos e no âmbito do trabalho formal, a escolarização básica requerida é a conclusão do ensino médio. Ao preencher uma ficha, atestando a não escolaridade, muitos indivíduos são excluídos de entrevistas ou da realização de seleção. O mundo do trabalho se caracteriza pela diversidade de atividades e vínculos, os educandos da EJA são, em várias ocasiões, pessoas que administram sua sobrevivência econômica: fazem “bicos”, são autônomos, circulam por diferentes profissões, como auxiliares ou ajudantes de pintura, construção civil, serviços domésticos, venda ambulante etc. (BARCELOS, 2014).

Possuir um certificado escolar ou profissionalizante não significa ter uma garantia de trabalho, haja vista a quantidade de profissionais que já são formados numa determinada área e atuam em outra.

Pode ser interessante pensar sobre as habilidades que a escola possa desenvolver e que contribuam para uma atuação mais eficiente nesse universo diversificado e competitivo que é o mundo do trabalho. Isso não quer dizer que a escola deve tomar para si a responsabilidade da preparação do trabalhador, nem

deixar a responsabilidade da conquista de um emprego melhor nas mãos do educando, mas é muito bom que haja uma parceria entre o educando e a escola, cada um fazendo o que lhe é possível, para que essa conquista seja alcançada (BARCELOS, 2014).

No entanto, deve-se refletir justamente nas formas de a escola potencializar essa competência que os jovens e adultos já desenvolve em sua vida cotidiana de administrar suas finanças e sua sobrevivência. Comunicar-se de forma adequada, com clareza, com ordenação de ideias, conhecer as diferentes formas de trabalho, dominar os caminhos possíveis para a obtenção de emprego, ir à procura de agências, preparar um currículo, ver nas construções de pequenas fábricas uma vaga de emprego ou na abertura de um novo comércio em sua região, conhecer em sua cidade ou cidade próxima onde tenha escola técnica que proporcione cursos de eletricidade, pintura, computação, confecção e tantos outros cursos, são saberes possíveis de serem aprendidos na escola. Ela funcionaria como um espaço de conhecimento ligado ao mundo do trabalho (BARCELOS, 2014).

Segundo Souza (2007), primordial destacar que outras motivações levam os educandos jovens e adultos para escola. Uma delas é ser valorizada a conquista de um direito, a sensação de capacidade e dignidade que traz satisfação pessoal.

A partir daí que outros trabalhos são feitos pelos educadores nesse sentido de ajudar os educandos, com a intenção de saber melhor o que eles já conhecem em relação à língua escrita quando chegam à escola para cursar a alfabetização. Além disso, as concepções de escrita desenvolvidas por esses adultos também guardam semelhanças e diferenças com as desenvolvidas pelas crianças não alfabetizadas.

Quando o educador solicita algo a um educando, e este apresenta resistência naquilo que lhe é pedido, por exemplo, é salutar que o aluno escreva um enunciado a partir dos conhecimentos que possui do sistema de escrita, e isso porque compreende a função da língua escrita, o que acontece menos com as crianças.

Como relata Freire (2009), constitui-se em um dos instrumentos fundamentais no processo de conscientização e, portanto, na constituição dos movimentos sociais, pois não é em si a condição de exclusão, de opressão, que leva mulheres e homens a se engajarem na luta social, mas sim, a compreensão da

razão de ser de sua condição de oprimidos. A compreensão crítica dos fatos, aliada à utopia da mudança, ao saber de que mudar é difícil, mas possível, possibilita com que os excluídos da história se organizem e se engajem na luta para modificá-la.

Segundo Paulo Freire (2009, p. 22), “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, o homem educa-se em comunhão”. Ninguém pode buscar a exclusividade, individualmente. A busca solidária do homem traduz-se na procura do ser mais, do legado superior.

Em seu livro “Educação e Mudanças”, Paulo Freire (2010) nos propicia uma fundamentação consistente de seu método de alfabetização de adultos, onde a mesma se faz, ainda hoje, indispensável ao conhecimento de qualquer educador. Mas é também uma apresentação de definições e análises a respeito de compromisso, educação, estrutura social, sociedade, entre outras. Desde então, há necessidade da apreciação dessas concepções por diversos profissionais, sejam sociólogos, políticos e pedagogos, a fim de facilitar sua opção nos processos de mudança, levando em conta a principal busca do homem a de ser mais perfeito.

As massas descobrem na educação um canal para um novo *status* e começam a exigir mais escolas. Começam a ter uma apetência que não tinham. Existe uma correspondência entre a manifestação das massas e a reivindicação. É o que chamamos de educação das massas (FREIRE, 2010).

Como descrito por Freire (2010), a educação fornece uma capacitação para que o indivíduo progrida como um todo, ele poderá buscar qualquer emprego, ou quase todos, porque terá uma formação para isso. Com uma educação para todos, não haverá os excluídos, os marginalizados, pois todos terão tido uma educação que possibilitará ter uma vida melhor, econômica e socialmente falando.

Segundo Freire (2010), esse é o caminho para uma sociedade mais justa, que, por meio de mudança (revolução), chegará a uma maior igualdade, e com isso possibilitará a ascensão social, tudo com a implantação de uma educação nova e criadora para todos.

Assim, torna-se claro que, na Alfabetização de Jovens e Adultos, o ensino-aprendizagem não se reduz aos aspectos da capacitação técnico-profissional do adulto em vista apenas na produção econômica. Mais que isso, é condição básica para o crescimento social e cultural dos sujeitos envolvidos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As escolas para jovens e adultos “recebem educandos e educandas com traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamento completamente variado” (BRASIL, 2007, p. 7).

Por sua vez, na EJA, é necessário que o processo de ensino-aprendizagem seja adequado aos que ingressam na escola ou retornam a ela fora do tempo regular. Tal processo deve se destacar pela qualidade, valorizando e respeitando as experiências e os conhecimentos prévios dos educandos.

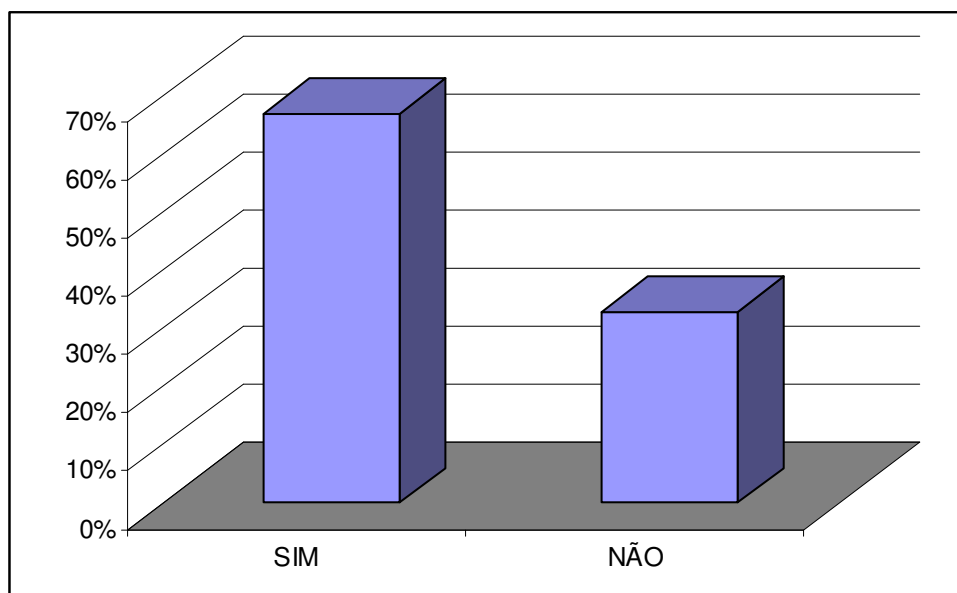
Na ideia de Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001), o processo de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, até a década de 80, era feito com pessoas experientes, ou até mesmo idosas, de origem rural, que nunca haviam tido oportunidades escolares. A partir de 1980, os programas de escolarização de adultos passaram a acolher também jovens de origem urbana, os quais já possuíam um contato escolar anteriormente, mesmo que estes não tenham sido bem sucedidos.

Quanto ao gênero sexual dos educandos pesquisados, pode-se perceber que a proporção de mulheres se acentua em relação aos homens, sendo 18 do sexo feminino e 12 do sexo masculino, levando a constatar que as mulheres persistem por mais tempo no âmbito educacional. Pode-se atribuir esse fato à fadiga masculina, que ocorre devido à ocupação de cargos e/ou serviços braçais percebida na maioria dos casos, dificultando a disposição em permanecer em sala de aula no fim do dia, uma vez que as pessoas que se inserem na modalidade de ensino para jovens e adultos são pessoas que vivem no mundo adulto do trabalho e que possuem responsabilidades sociais e familiares.

De acordo com a Questão 1 - Atualmente, realiza algum trabalho (emprego) juntamente com os estudos da EJA? No resultado alcançado, pôde-se perceber que 67% dos entrevistados realizam algum tipo de trabalho aliado à EJA. O Gráfico 1 demonstra claramente essa situação. Como enaltecem Gadotti e Romão (2011), o jovem que pertence ao mundo do trabalho ou do desemprego,

como é mais comum, incorpora-se ao curso da EJA, objetivando concluir etapas de sua escolaridade, para buscar melhores ofertas do mercado de trabalho por sua inserção no mundo letrado.

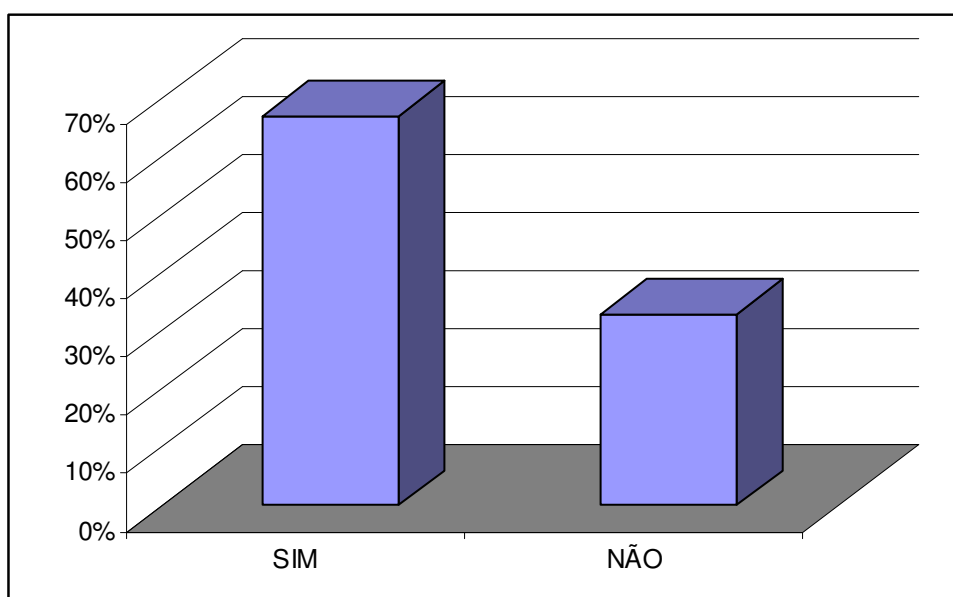
GRÁFICO 1 - Questão 1



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com base nas informações obtidas por meio das entrevistas (set./2015).

Observamos que o maior percentual de sujeitos respondeu que sim, realizam algum tipo de trabalho e/ou emprego junto ao estudo do EJA.

Questão 2 - Já se sentiu fracassado no passado com os estudos e na escola?

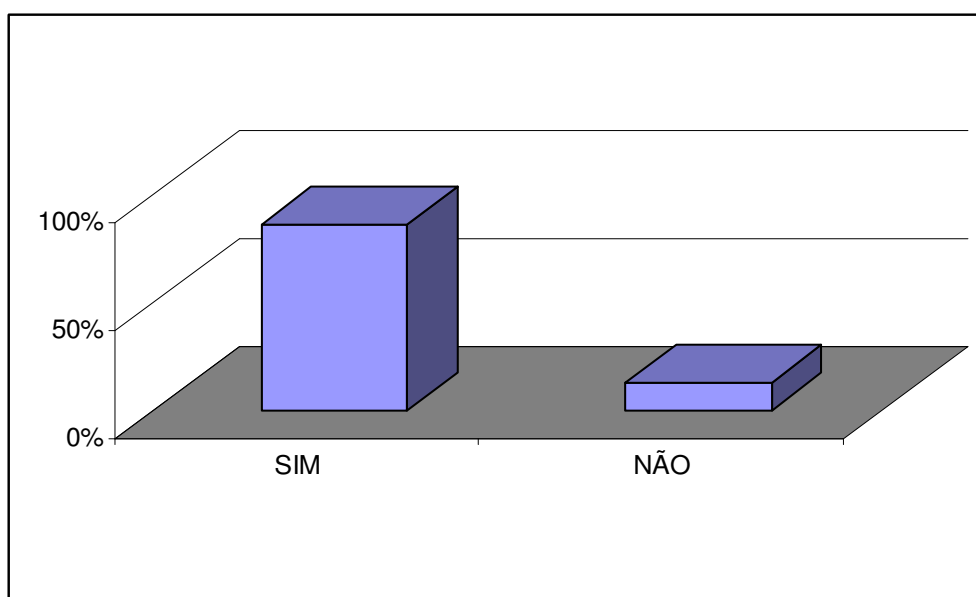
GRÁFICO 2 - Questão 2

Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com base nas informações obtidas por meio das entrevistas (set./2015).

O Gráfico 2 demonstrou que 67% dos entrevistados já se sentiram fracassados com estudos e com a escola. Assim, os educadores da EJA deparam-se com educandos cada vez mais jovens, já desmotivados com a escola e com eles próprios. Na maioria das vezes, atribuem a si um fracasso que não é só deles, mas de questões políticas, econômicas e sociais. No entanto, é importante ouvir os jovens e adultos excluídos do ensino regular, porque, em diversas circunstâncias, foram impedidos pela escola e até pelos educadores.

Como nos orienta Freire (2009), uma das tarefas mais relevantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos, em suas relações uns com os outros e todos com o educador, ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Todavia, assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de amar. Ademais, o Gráfico 2 nos mostra essa realidade.

Questão 3 - Dentre as dificuldades encontradas, destaca-se o trabalho precoce; por isso o abandono dos estudos na “idade própria” no ensino regular?

GRÁFICO 3 - Questão 3

Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com base nas informações obtidas por meio das entrevistas (set./2015).

Pudemos constatar, mediante o Gráfico 3, que 87% dos entrevistados nos mostram que os motivos que os levaram a abandonar a escola de ensino regular, na maioria dos casos, ocorreram devido à falta de renda familiar e, conseqüentemente, à necessidade de trabalhar.

Há vários estudos que relatam que um dos principais fatores que levam ao abandono escolar refere-se à necessidade de trabalho fora de casa. O resultado exposto corrobora os estudos de Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001), que apontam como principal motivo de abandono da rede escolar de ensino a premência de os alunos trabalharem fora de casa. Os autores afirmam que o trabalho infantil ocorre em classes menos favorecidas, ou seja, para a criança e o adolescente das classes populares, determinados privilégios desfrutados no seio familiar são perdidos à medida que esses sujeitos crescem e passam a ter condições de fazer certas tarefas.

Outros motivos foram relatados e, entre esses, o que chama a atenção é justamente a necessidade de ajudar nas tarefas domésticas. Esse fato é preocupante, quando voltamos à premissa de que a ajuda em casa ainda é mais importante do que os estudos ou a continuação dos mesmos.

Somando-se a isso, outro ponto a ser considerado, quanto ao abandono devido a notas baixas, os educandos atribuíram seu abandono escolar às

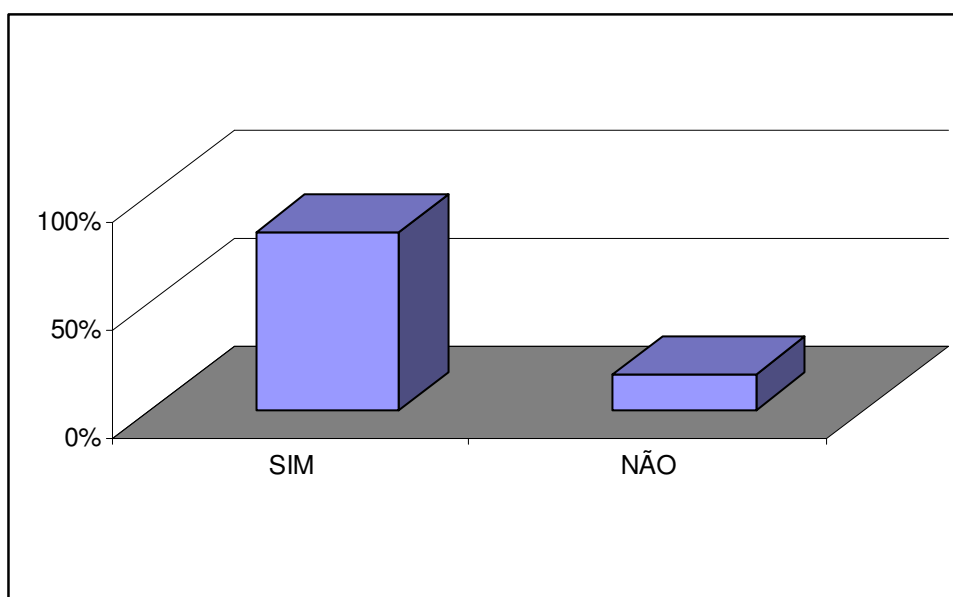
notas baixas, ou seja, ao mau desempenho desenvolvido durante o processo escolar.

Segundo Di Piero, Joia e Ribeiro (2001), a má qualidade de ensino, associada à pobreza que assola grande parte da população brasileira na produção de um contingente numeroso de crianças e adolescentes que passam pela escola sem adquirir significativos conhecimentos — submetidos a experiências penosas de fracasso e repetência escolar —, favorece o abandono dos estudos.

Questão 4 - O retorno aos estudos da EJA está associado à motivação, ajuda ou incentivo de alguém?

Após o abandono escolar, o retorno à escola, mesmo depois de tantos anos afastados da escola, esses indivíduos percebem a necessidade dos estudos, da aquisição de conhecimentos em suas vidas, visando a melhoras na qualidade de vida.

GRÁFICO 4 - Questão 4



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com base nas informações obtidas por meio das entrevistas (set./2015).

Outras informações foram ditas e o que nos chamou a atenção foi o retorno à escola (no nível fundamental), após um período de afastamento superior a 20 anos. Martins Filho (2011), investigando os processos de alfabetização de jovens e adultos, considera que o retorno escolar é um marco decisivo na retomada dos vínculos do conhecimento, libertando-os do estigma do analfabetismo e dos sentimentos de inferioridade.

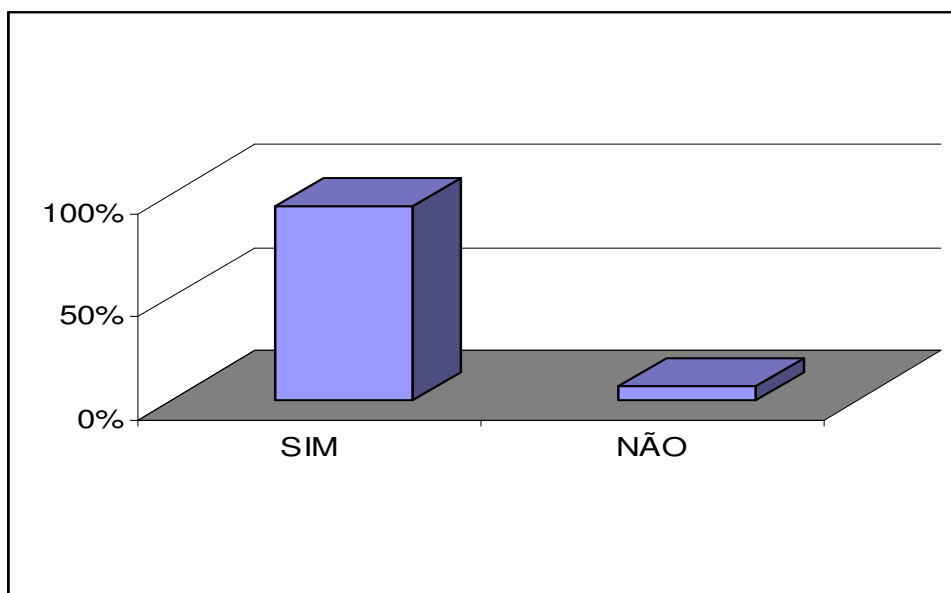
Os dados observados por meio do questionário nos apontaram que 83% dos entrevistados sentem-se satisfeitos por realizar esse estudo, demonstração de que a maioria dos indivíduos que está matriculado na EJA tem a pretensão de continuar seus estudos. Essa pretensão chegou quase a 100% no ensino fundamental, pois a maioria pretende continuar os estudos, mesmo após a conclusão da educação básica.

Esses dados podem ser comprovados por meio de uma citação de Vygotsky (2007), que considera a escolarização um processo de amplo sentido, pois é na escola que o indivíduo tem acesso aos conhecimentos científicos, ou seja, conhecimentos mais elaborados, que são construídos a partir de conhecimentos prévios, resultando em seu desenvolvimento mental e intelectual.

Essa afirmativa de reconhecer a necessidade do estudo e que estudar passa a ser unicamente o meio pelo qual se torna possível adquirir conhecimento significa que a possibilidade de o indivíduo poder se sentir, posicionar-se diante da vida e das pessoas.

Questão 5 - A causa de retornar aos estudos está relacionada à busca de um trabalho (emprego) melhor?

GRÁFICO 5 - Questão 5



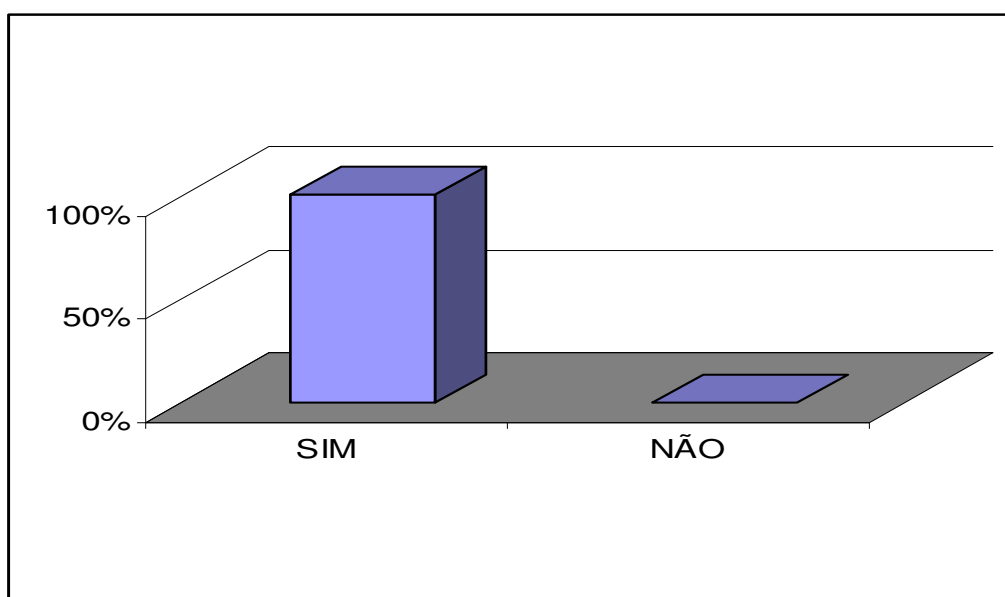
Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com base nas informações obtidas por meio das entrevistas (set./2015).

O Gráfico 5 evidencia que 97% dos educandos afirmaram que a busca por um trabalho (emprego) melhor foi a causa de retornarem aos estudos. Alguns estudos mostram que uma parcela significativa da população que abandona a escola, após um tempo variável, reconhece a falta de conhecimento e/ou ensino em suas vidas, retornando, assim, aos bancos escolares, em busca de melhores empregos e/ou trabalho.

Para Barcellos (2014), o significado de ser alfabetizado está vinculado à questão da ascensão social, mas, principalmente com a autoestima. Assim, pressupõe-se que a escola pode apresentar contribuições orientadas no sentido da mudança do pensamento empírico dos educandos, no caso, na formação de jovens e adultos, e também o despertar da consciência da classe trabalhadora quanto à importância da escola, em especial, quanto à importância da formação do homem enquanto cidadão, que se educa para a produção e manutenção da vida.

Quando questionados sobre - Os estudos da EJA atenderam às suas necessidades para se tornar um ser humano melhor? (Questão 6). As pessoas de classes populares buscam ampliar suas perspectivas para obter ascensão social e para conseguir um trabalho mais qualificado, por meio da educação. Mas também se tornam mais humanos, prestativos.

GRÁFICO 6 - Questão 6



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com base nas informações obtidas por meio das entrevistas (set./2015).

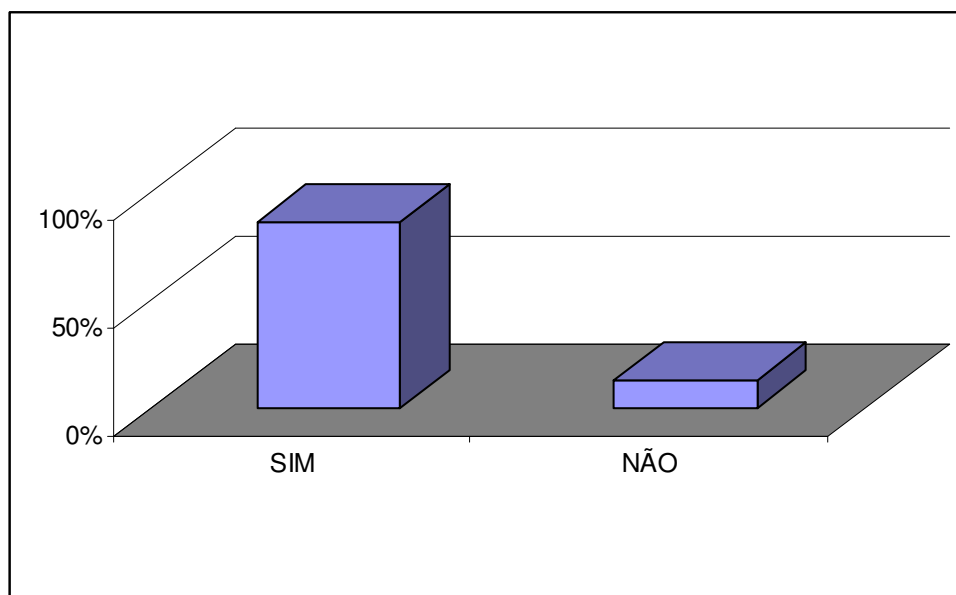
Considerando o percentual de 100% dessa questão 6, percebe-se a urgência de ações e intervenções na Educação de Jovens e Adultos (EJA), tomando a educação em direitos humanos como ferramenta primordial para a realização de um trabalho de conscientização e mudança.

Diante desse estudo, pode-se salientar que a experiência realizada com a EJA tem despertado os educandos para o diálogo, para a reflexão sobre suas vivências cotidianas, como formas de compreender a realidade em que estão inseridos e a situação de exclusão que os tem vitimado, revertendo, assim, em torná-los um ser humano melhor. Para Freire (2009), essa é uma das funções da educação dirigida a jovens e adultos, ela humaniza o homem.

Ainda de acordo com Freire (2009), os sentimentos e as expectativas desses jovens e adultos, depois de vivenciarem um tempo longe da escola e retornarem a ela, configuram uma percepção de que o valor dado à instituição de ensino vai se fortalecendo e, desse modo, apontam para o fato de a escola ser algo essencial para suas vidas e também um meio para a ascensão social.

Na Questão 7 - Com a mediação da EJA, efetivamente ocorreu o processo de construção da escrita e leitura?

GRÁFICO 7 - Questão 7



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com base nas informações obtidas por meio das entrevistas (set./2015).

De acordo com a questão 7, pode-se dizer que 87% dos entrevistados asseguraram que, com a mediação da EJA, o processo de construção da escrita e leitura ocorreu de forma efetiva.

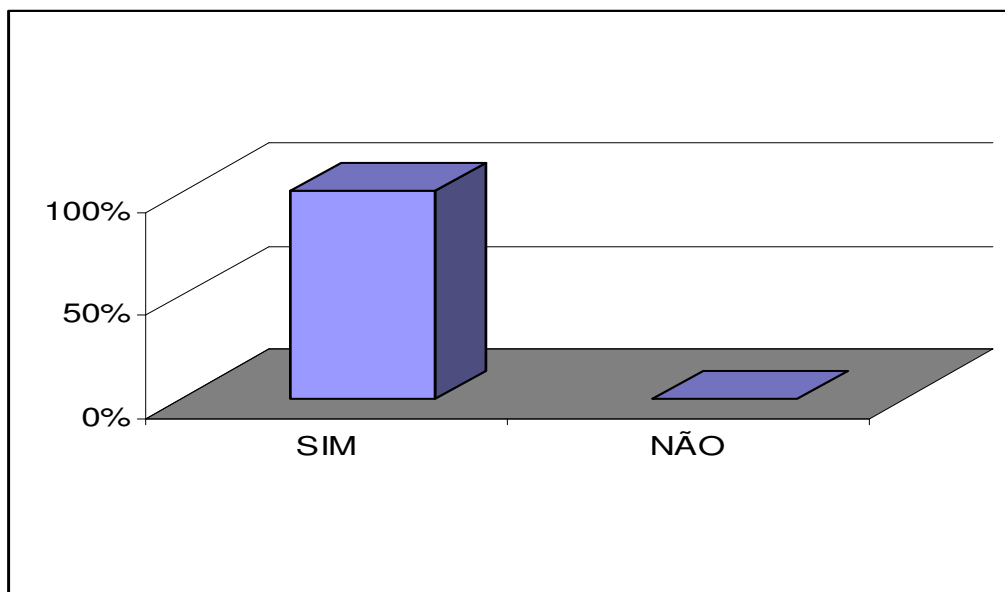
Paulo Freire (2009) propunha uma nova pedagogia, que levava em conta a vivência e a realidade do educando, que deveria ser um participante ativo no processo de educação. Seu objetivo era apenas a alfabetização funcional, sem apropriação da leitura e da escrita, de pessoas de 15 a 30 anos. Essa função reparadora da EJA proporciona ao adulto analfabeto a possibilidade de estar em pé de igualdade numa sociedade que, muitas vezes, marginaliza e exclui esses indivíduos. Embora a ausência do domínio da leitura e da escrita, no entanto, não represente ausência de cultura e outros saberes não acadêmicos.

Assim, nesse processo, o educador possui papel fundamental. Ele deve atuar como mediador do processo de construção do conhecimento, utilizando um “método que seja ativo, dialógico, crítico e criticista” (FREIRE, 2009, p. 39), possibilitando uma interação maior entre docente e discente e favorecendo o processo de ensino-aprendizagem.

Quanto à Questão 8 - O diploma da EJA faz/fará a diferença no contexto atual que está inserido?

O objetivo da Educação de Jovens e Adultos, diferentemente de outras políticas de alfabetização de adultos, não deve priorizar apenas o diploma, a certificação ou o treinamento para o mercado de trabalho; deve, sim, oferecer formação profissional continuada. Deve ter significação maior, possibilitar uma formação geral do educando, dando a ele o direito de entender e intervir na sociedade na qual está inserido, o direito de tornar-se cidadão. Deve, também, possibilitar o desenvolvimento de talentos.

GRÁFICO 8 - Questão 8



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com base nas informações obtidas por meio das entrevistas (set./2015).

Os educandos da EJA têm suas perspectivas, suas buscas, seus anseios, no entanto, 100% dos educandos afirmaram que o diploma da EJA faz e fará a diferença no contexto atual, onde estão incluídos. Eles trazem consigo um traço de vida, origens, idade, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamentos muito diferentes. São pessoas que vivem no mundo do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados a partir de sua experiência, do ambiente e da realidade cultural em que estão inseridos.

Essas diferenças podem ser uma riqueza para o fazer educativo. Quando os interlocutores falam de coisas diferentes, o diálogo é possível. Quando só os mestres tem o que falar não passa de um monólogo. Os jovens e adultos carregam as condições de pensar sua educação como diálogo. Se toda educação exige uma deferência pelos interlocutores, mestres e alunos (as), quando esses interlocutores são jovens e adultos carregados de tensas vivências, essa deferência deverá ter um significado educativo especial (ARROYO, 2006, p. 35).

Ou seja, a compreensão dessa realidade levou Paulo Freire (2009), ainda nos anos de 1960, a reconhecer o analfabetismo como uma questão não só pedagógica, mas, também, social e política; seria uma transformação da sociedade em todos os segmentos, social, político e econômico.

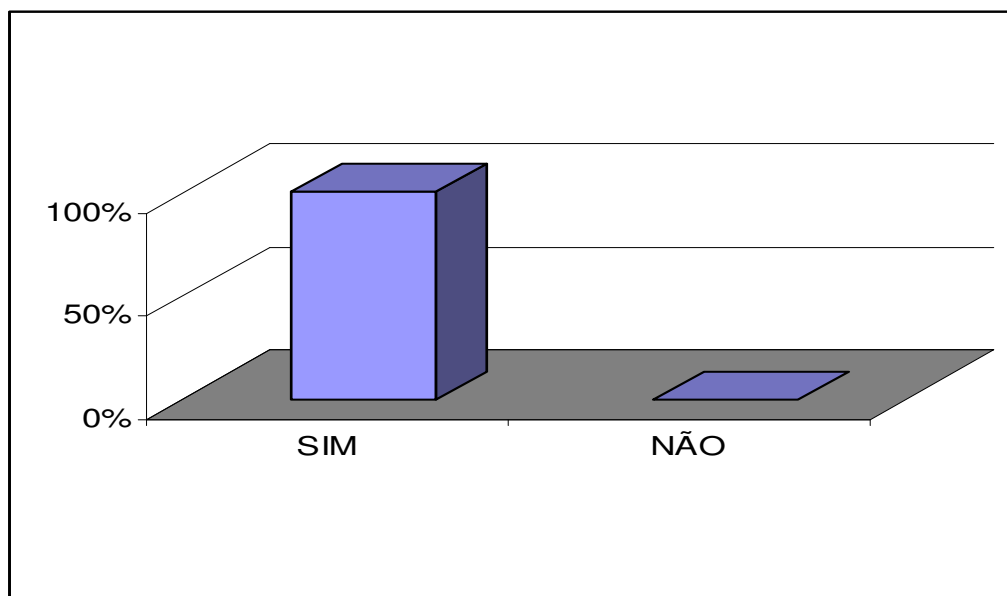
No entanto, ao escolherem o caminho da escola, os jovens e os adultos optam por uma direção favorável para promover o seu desenvolvimento pessoal. Trata-se de uma decisão que envolve as famílias, os padrões, as condições de acesso e as distâncias entre a casa e a escola, as possibilidades de custear os estudos e, muitas vezes, trata-se de um processo contínuo de idas e vindas, de ingressos e desistências. Ir à escola, para um jovem ou adulto, é, antes de tudo, um desafio, um projeto de vida e, nesse sentido, um diploma faz a diferença.

Percebe-se que o público que mais procura essa modalidade de educação são os mais jovens, talvez, prioritariamente, pela necessidade de um diploma para ingressar em outras áreas do mercado de trabalho ou até mesmo para se manterem no emprego.

Questão 9 - Você indicaria a EJA para outras pessoas (família, colegas, etc.), visando a uma qualificação profissional?

De acordo com a entrevista realizada, 100% dos educandos indicariam a EJA para outras pessoas, com o objetivo de uma qualificação profissional.

A sua eventual passagem pela escola, em diversas circunstâncias, foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Esse fracasso escolar tem também outros pontos importantes, por exemplo, forma como o educando interage com o ambiente escolar, modo como estabelece relações como saber e com o aprender, seu relacionamento com os educadores e com colegas, suas relações familiares e os vínculos que constrói com o conhecimento. Em relação à escola, os motivos são o modelo pedagógico, perfil dos educadores, falta de material, dentre outros. No âmbito social, o fracasso fica por conta das políticas públicas de educação e a secular desigualdade econômica e social da sociedade brasileira (MARTINS FILHO, 2011).

GRÁFICO 9 - Questão 9

Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com base nas informações obtidas por meio das entrevistas (set./2015).

Diante dessa citação e da porcentagem atingida, cabe ressaltar que a EJA torna-se um espaço onde os sujeitos em processo de interação traçam e constroem significados, buscando saberes capazes de suprir as suas necessidades, principalmente para o começo da vida profissional.

Paulo Freire (2009) explica que EJA é uma parte da Educação Básica que respeita e valoriza o educando como um “ser” pensante e capaz de contribuir, pelas trocas, no processo de ensino-aprendizagem. Um processo que não pertence só ao educando, mas também aos educadores. Estes e aqueles se encontram para juntos fazer, e quem sabe modificar, a realidade cruel e excludente da nossa sociedade.

À vista disso, é compreensível que os educandos entrevistados indicariam a EJA para outras pessoas, visando a uma ascensão social e a uma qualificação profissional, pois estes buscam novas perspectivas para o futuro. Alguns procuram promoção profissional, fazer curso profissionalizante, concursos públicos, faculdade, empregos melhores etc. Sobre esse aspecto, a EJA apresenta-se como oportunidade para o crescimento intelectual e profissional da maioria, tanto dos jovens quanto dos adultos. Freire (2006, p. 25) escreveu no livro *Pedagogia da Autonomia*: “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

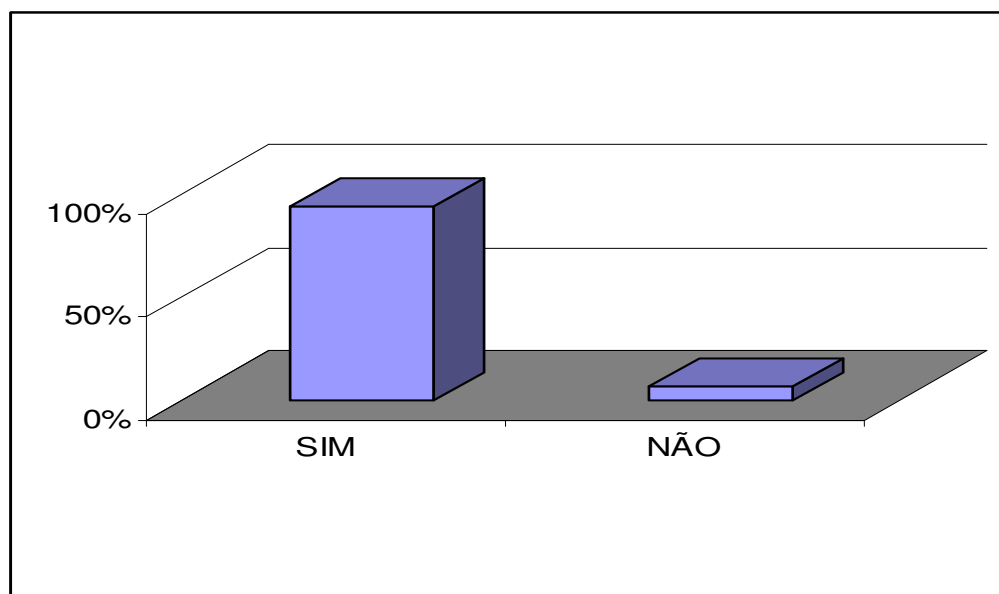
Questão 10 - A EJA auxiliou em mudanças de hábitos, como: ingestão de comidas saudáveis, o senso crítico do que vê na TV e na socialização com o próximo e com o trabalho?

Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância senão supero permanentemente a minha. Não posso ensinar o que não sei. Mas..., este..., repito, não é o saber de que apenas devo falar e falar com palavras que o vento leva. É saber pelo contrário, que devo viver com os educandos. O melhor discurso sobre ele é o exercício de sua prática (FREIRE, 2006, p. 107).

Em Educação de Jovens e Adultos não se insiste sobre o conteúdo a ensinar, e sim, o ensino-aprendizagem de técnicas e meios para obter o conhecimento, ou seja, aprender a aprender. Isso é fundamental quando se espera que os jovens e adultos desenvolvam determinadas habilidades, para que, por meio delas, possam construir e desenvolver suas competências.

De acordo com a entrevista realizada, pode-se dizer que 93% dos educandos da EJA confirmam ter havido mudanças de hábitos e também quanto à socialização com o próximo e como o trabalho, pois perceberam a importância do trabalho e do processo de socialização para com colegas de sala e como tais aspectos estão relacionados às suas trajetórias e de suas famílias.

GRÁFICO 10 - Questão 10



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com base nas informações obtidas por meio das entrevistas (set./2015).

Esses 93% de educandos demonstraram-se surpresos com o que estão conseguindo aprender na EJA e se dizem satisfeitos por frequentar a escola, já que obtiveram não apenas o benefício de aprender a ler e escrever, mas fizeram amizade com os colegas e com os profissionais da educação, além de conhecer os benefícios de uma alimentação saudável. Ou seja, o caráter de socialização que acontece na turma de Educação de Jovens e Adultos lhes proporciona satisfação em estar ali, tendo contato com pessoas — de idades e interesses diferentes, mas com a vontade comum de aprender a ler e escrever.

CONCLUSÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um campo complexo que necessita de definições e posicionamento claros. A partir do perfil de educandos que estudam nesse nível de ensino, tivemos acesso a vastos estudos de pesquisadores que versam sobre essa temática e pudemos notar que são muitas as inquietações sobre o perfil do estudante no seu contexto histórico.

A discussão abordada refere-se à EJA e, mais especificamente, ao perfil dos estudantes trabalhadores, no que diz respeito à caracterização do trabalho desses jovens e adultos e ao seu fazer educativo, bem como a questões relacionadas à sua história de vida, posto que quase sempre começam a trabalhar precocemente, como, por exemplo: na “roça”, na agricultura. De fato, na visão deles, o trabalho é visto como forma de sobrevivência, e essa exploração econômica agrava a exclusão social já tão vigente.

Por sua vez, as histórias desses estudantes trabalhadores da zona rural, e até mesmo urbana, são produto de uma série de situações e experiências acumuladas ao longo de suas vidas. Após dez anos de experiências na escola, estes percebem as vivências concretas com mais intensidade e sob um ponto de vista mais reflexivo, depois da pesquisa.

Segundo os dados desta pesquisa, é preciso rever alguns fatores educacionais concernentes aos alunos. Lamentavelmente, há sérios obstáculos na composição escola – trabalho, e ainda é preciso discutir bastante sobre a qualidade e adequação das ofertas destinadas ao público da EJA.

As análises da escola mostram a insuficiência de oferecer a educação segundo moldes preestabelecidos, uma vez que é de suma importância aproximar-se efetivamente dos educandos, com objetivo de unir o conhecimento escolar à realidade dos mesmos, à dimensão de suas vidas, experiências, às questões relacionadas ao trabalho, ao lazer, à saúde, bem como à comunidade na qual estão inseridos.

Esses educandos têm de ser ouvidos, as suas aspirações não podem se limitar apenas a esta pesquisa, pois é essencial sair desse espaço simplista e formal.

Partindo desse pressuposto, é possível desenvolver um trabalho com uma concepção inovadora na formação de educadores para a transformação social, sobre a qual destacamos o exemplo de Paulo Freire, como educador, filósofo da educação, por seu ensinamento humanista.

Assim, o primeiro passo, embora seja apenas uma sugestão, na qual teremos de enfrentar alguns desafios, é reconhecer a necessidade de plantar, replantar, refletir sobre projetos ousados na formação de educadores sociais diante de uma realidade tão controversa, que inclui a distorção da idade, série, reprovação, evasão e, principalmente, o trabalho precoce desses estudantes da EJA.

Acredita-se que, por meio do processo de alfabetização, as etapas de ensino-aprendizado sigam acontecendo até resultar em um emprego melhor, no sonho do negócio próprio ou da profissão desejada. Porém, no decorrer do aprendizado, eles encontram, na escola, pessoas procurando os mesmos ideais e oportunidades.

Portanto, afirmamos a importância da socialização vivida pelos educandos da EJA no ambiente escolar, pois, além de aprenderem a ler e escrever, os momentos de interação são considerados para eles de grande significado no contexto atual.

Nessa perspectiva, foi possível perceber que os valores atribuídos pelos educandos à educação e sua relação com o mundo do trabalho estão na oportunidade que aquela pode fornecer para os que realmente prosseguirem nos estudos, mesmo que as expectativas se diferenciem proporcionalmente à idade de cada um. Entretanto, vale salientar que, embora haja diferenças de idade, as expectativas resistem, apesar de todas as dificuldades existentes.

Dessa forma, este estudo serviu para mostrar os problemas da EJA e as dificuldades educacionais pelas quais passam os educandos, além da necessidade de incentivo (normalmente por parte de familiares, por meio de sua escolarização) para sua permanência na escola, consideradas, também, as suas metas educacionais e sua ascensão social.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. A educação como direito de todos. **Revista Educatrix**, ano 4, n. 2, Edição Especial, São Paulo: Moderna, 2014.

BARCELOS, V. **Avaliação na educação de jovens e adultos**: uma proposta solidária e cooperativa. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

BRANDÃO, C. Saber e ensinar: três estudos de educação popular. Campinas, SP: Papirus, 1984, p. 30-31. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 3. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001 (Guia da Escola Cidadã, v. 5).

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 25 jul. 2015.

_____. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman...Itemid=>. Acesso em: 26 jul. 2015.

_____. **Educação de jovens e adultos**: uma memória contemporânea, 1996-2004. (Org. de Jane Paiva, Maria Margarida Machado e Timothy Ireland). Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=657&option..>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 set. 2001. Seção 1, p. 39-40.

DI PIERRO, M.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, Centro de Estudos Educação e Sociedade, ano XXI, n. 55, nov. 2001. p. 58-77.

LIMA, J. Perspectivas da educação de jovens e adultos. **Revista Educatrix**, ano 4, n. 2, Edição Especial, São Paulo: ed. Moderna, 2014, p. 58-63.

FERREIRO, E. **Reflexão sobre alfabetização**. Tradução Horácio Gonzales (et. al.), 24 ed. Atualizada. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção questões da nossa época; v. 14).

FONSECA, J. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 24 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FUCK, I. **Alfabetização de Adultos: relato de uma experiência construtivista**. 11 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, A. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOPPEN, N.; LAPOINTE, L.; MOREAU, E. Um guia para avaliação de artigos de pesquisas em sistemas de informação. **Read: revista eletrônica de administração**. Porto Alegre, v. 2, n. 2, set./out. 1996.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS FILHO, L. **Alfabetização de jovens e adultos**: trajetória de esperança. Florianópolis: Insular, 2011.

MENEZES, E.; SANTOS, T. Declaração de Jomtien (verbete). **Dicionário interativo da educação brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix, 2002.

MOLL, J. **Educação de jovens e adultos**. (Org.) Sita Maria Lopes Sant'Anna... [et. al.] - Porto Alegre: mediação, 2004 (Série Projetos e Práticas Pedagógicas), 144 p. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/17116.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

PAIVA, V. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1970, p. 35-39. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 3 ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001 (Guia da Escola Cidadã, v. 5).

RIBEIRO, V. et. al. **Educação de Jovens e Adultos**: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. Ação Educativa: MEC, São Paulo/Brasília, 2001.

SOUZA, M. **A educação de jovens e adultos**. Curitiba: IBPEX, 2007.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANEXO 1 - LEI DE REFORMA Nº. 5.692/71

Capítulo IV Do Ensino Supletivo

Art. 24 - O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo único. O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art. 25 - O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.

§1º. Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam.

§2º. Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.

Art. 26 - Os exames supletivos compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo-comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizados para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2º grau, abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho.

§1º. Os exames a que se refere este artigo deverão realizar-se:

- Ao nível de conclusão do ensino de 1º grau, para os maiores de 18 anos;
- Ao nível de conclusão do ensino de 2º grau, para os maiores de 21 anos.

§2º. Os exames supletivos ficarão a cargo de estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, indicados nos vários sistemas, anualmente, pelos respectivos Conselhos de Educação.

§3º. Os exames supletivos poderão ser unificados na jurisdição de todo um sistema de ensino, ou parte deste, de acordo com normas especiais baixadas pelo respectivo Conselho de Educação.

Art. 27- Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.

Parágrafo único. Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incluírem disciplinas, área de estudos e atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas.

Art. 28 - Os certificados de aprovação em exames supletivos e os relativos à conclusão de cursos de aprendizagem e qualificação serão expedidos pelas instituições que os mantenham.

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO

1. Atualmente, realiza algum trabalho (emprego), juntamente com os estudos da EJA?

Sim

Não

2. Já se sentiu fracassado, no passado, com os estudos e na escola?

Sim

Não

3. Dentre as dificuldades encontradas, destaca-se o trabalho precoce; por isso o abandono dos estudos na “idade própria” no ensino regular?

Sim

Não

4. O retorno aos estudos da EJA está associado à motivação, à ajuda, ao incentivo de alguém?

Sim

Não

5. O retorno aos estudos está relacionado à busca de um trabalho (emprego) melhor?

Sim

Não

6. Os estudos da EJA atenderam às suas necessidades quanto a se tornar um ser humano melhor?

Sim

Não

7. Com a mediação da EJA, efetivamente ocorreu o processo de construção da escrita e leitura?

Sim

Não

8. O diploma da EJA faz/fará a diferença no contexto atual em que está inserido?

Sim

Não

9. Você indicaria a EJA para outras pessoas (família, colegas, etc.), visando a uma qualificação profissional?

Sim

Não

10. A EJA o/a auxiliou em mudanças de hábitos, como: ingestão de comidas saudáveis, o senso crítico do que vê na TV e na socialização com o próximo e com o trabalho?

Sim

Não